

A última fronteira

Hidrelétricas e garimpo ameaçam índios da Amazônia

MARCELO LEITE

Enviado especial a Manaus e Belém

A Amazônia, apesar de ocupar 60% do território brasileiro, não é tão grande quanto parece. O lago da usina hidrelétrica de Balbina (177 km a nordeste de Manaus), que começou a gerar energia no sábado, tem parte de seus 2,4 mil km² inundando o território dos vizinhos waimiri-atroari, cuja lenta decadência começou na década de 70 com a abertura da rodovia BR-174, que corta a reserva ao meio, e a posterior abertura da maior mina de estanho (cassiterita) a céu aberto do mundo, Pitinga, pela Mineração Taboca (leia-se Paranapanema). Havia cerca de dois mil waimiri-atroari na década de 60, antes dos três "grandes projetos". Em 1987 eram 418, segundo o Centro Ecológico de Documentação Indígena.

Não faltarão outros exemplos, nos mais de cinco milhões de km² da Amazônia legal, de populações indígenas presentes ou potencialmente ameaçadas, como a área ianomami invadida por 30 mil garimpeiros de ouro, ou os oito povos da nação caiapó que terão de enfrentar as seis usinas hidrelétricas (ou UHE) do rio Xingu (veja mapas). A chamada "frente extrativista" é a última das frentes de expansão, como as batizou o antropólogo Darcy Ribeiro, um confronto iniciado há cinco séculos e que já resultou no desaparecimento de 4/5 da população indígena pré-colonização (leia quadro).

Violento ou não, o contato interétnico costuma terminar em extermínio de indígenas. Na Amazônia, ele começou pelos ocupantes das calhas dos rios, provocando a extinção de organizações políticas supratribais, os "cacicatos", que conglomeravam até dez mil pessoas nas terras férteis das várzeas — o equivalente à população de Lisboa na época do descobrimento. Com a frente extrativista, aberta nos anos 70, é a vez dos índios que ocupam as chamadas terras firmes, agrupamentos menores, adaptados à parca disponibilidade de proteína animal.

"A gente" e "os outros"

A distância entre brancos e índios começa pela linguagem. Não existe "o" índio, mas sim mais de 200 nações e povos com línguas diferen-

tes. Também não há os "waimiri", uma designação inventada pelo branco, provavelmente a partir da palavra para "flecha pequena" na língua geral tupi. Nem "atroari", talvez uma corruptela de "atorai", outro grupo de uma família linguística que nada tem a ver com os índios que moram há séculos sobre uma fortuna em cassiterita. Eles se referem a si mesmos como *kiin'ya* (pronuncia-se aproximadamente "quinhá"), "a gente", por oposição a *kaamin'ya* (pronuncia-se "cahaminhá"), "os outros" — os brancos e todos os outros índios, segundo Stephen Grant Baines, 40, antropólogo inglês do Museu Paraense Emílio Goeldi, que estuda os waimiri-atroari desde 1976.

A tese de doutoramento de Baines, apresentada junto à Universidade de Brasília, emprega o conceito de "instituição total" (que o cientista social Erwin Goffmann aplica a manicômios, conventos e prisões) para caracterizar o trabalho da Funai na área. O mesmo conceito é empregado por Cláudia Menezes para qualificar outra iniciativa de atração/aculturação de índios, só que neste caso a dos padres salesianos junto aos xavantes de Mato Grosso. Cláudia Menezes é diretora do Museu do Índio da Funai.

Segundo o antropólogo, a lógica a que a ação da Funai sobre os waimiri-atroari parece ter obedecido foi a descaracterização da sua estrutura social. Esta teria sido obtida através de dois procedimentos, o constante deslocamento e reagrupamento (as três aldeias mais populosas da reserva foram inundadas por Balbina), e a instituição da figura dos "capitães" — jovens índios investidos por funcionários da Funai de um grande poder desagregador das lideranças tradicionais, a distribuição de mercadorias industrializadas.

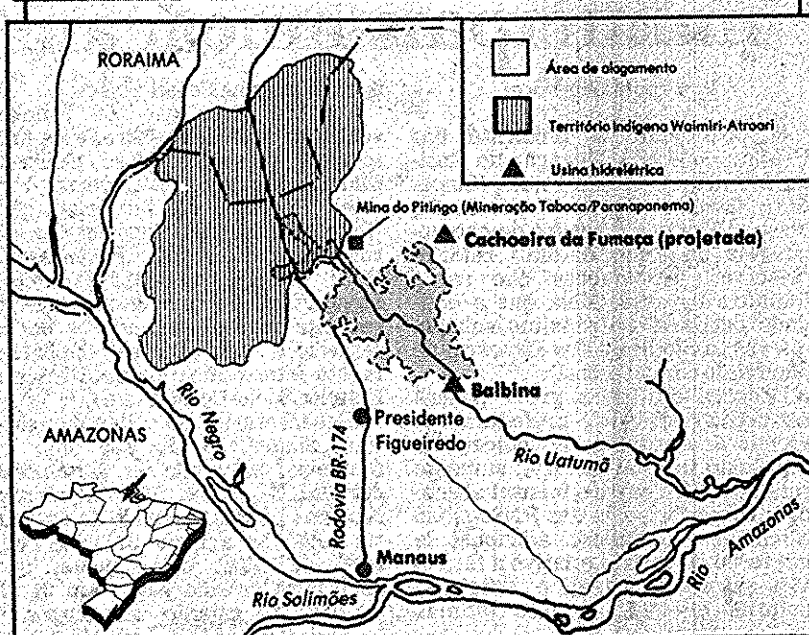
Os 2,4 milhões de hectares da área waimiri-atroari, reconhecida pelo decreto nº 94.606/87, resultam de uma história legal tortuosa, modificada paralelamente à ocupação econômica da região. Em 1981, ela perdeu mais de meio milhão de hectares a leste — coincidentemente ou não o trecho em que foi concedido o alvará para exploração de cassiterita e em que se encontra boa parte do lago alimentador de Balbina.



Extração de cassiterita na mina do Pitinga, junto à área dos waimiri-atroari

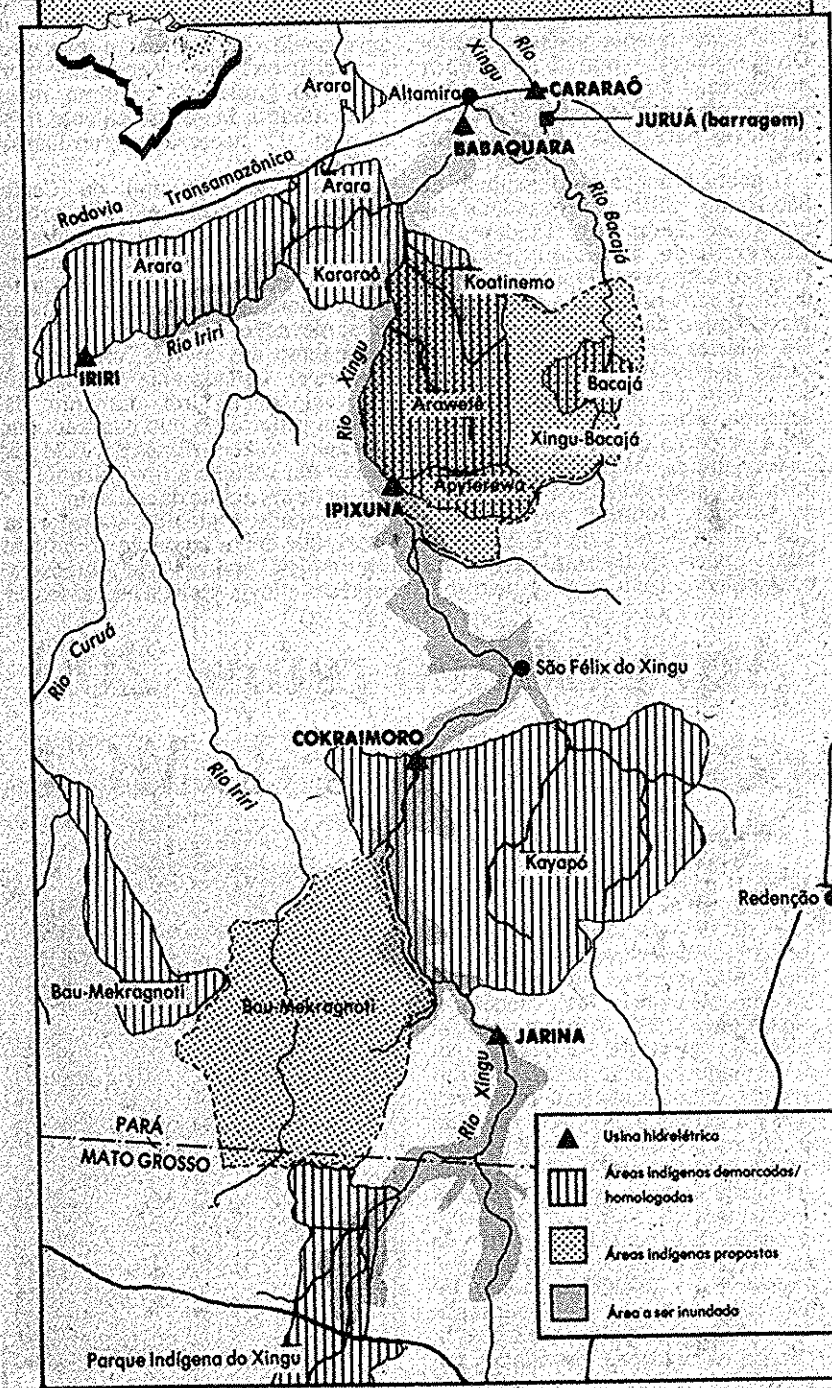
Editoria de Arte

A SITUAÇÃO DOS WAIMIRI-ATROARI



A ÁGUA E OS ÍNDIOS DO XINGU

Seis hidrelétricas inundam reservas indígenas



Caiapó e ianomami podem ser as próximas vítimas de extermínio

Do enviado especial

As seis usinas hidrelétricas projetadas para o médio e baixo rio Xingu vão inundar cerca de 18 mil km², o equivalente a 7,5 Balbinas, para gerar um total de 22 mil megawatts. Serão afetados cerca de 5 mil índios da região, pertencentes aos vários povos da nação caiapó. A amplitude do impacto, contudo, não é uma simples função numérica da superfície, ou do número de pessoas.

No caso dos juruna, por exemplo, os antropólogos da Comissão Pró-Índio de São Paulo, que acaba de editar um livro sobre a região, temem a proximidade do canteiro de obras. É esse tipo de contato compulsório e repentino com o homem branco que costuma ter os piores efeitos. Mas há também o relacionamento complexo com o território,

quase nunca coincidente com os limites fixados pela legislação mas nem por isso imune ao impacto dos "grandes projetos". É o caso das ilhas que ficam fora da área juruna e que fornecem muitas das plantas e substâncias das quais dependem.

Índios recém-contatados, como alguns grupos arara, já se encontram sob ameaça das águas, neste caso da hidrelétrica de Babaquara, que responderá sozinho por um terço do alagamento. Outros grupos de maior contato com os brancos forneceram a liderança de um barulhento movimento de resistência, cujos ecos chegaram até Washington. Lá estiveram no segundo semestre do ano passado Paulo Paiakan e Kubei Kaiapó, para reclamar junto ao Banco Mundial. Agora estão sendo processados, por "denegrir a imagem do país no exterior". A região

dos dois será inundada em 2010.

O azar de outra nação ameaçada pela atividade econômica — os ianomami de Roraima e Amazonas — talvez seja o fato de que o garimpo de ouro não é financiado por bancos multilaterais de desenvolvimento. Estima-se que foram extraídas da região, em 1988, 13 toneladas de metal (segundo a revista "Veja" de 18 de janeiro).

Morreram já 17 ianomamis e 8 garimpeiros. O que ajuda a alimentar a lenda sobre sua violência, objeto de um livro muito criticado do antropólogo norte-americano Napoleon Chagnon. Para além do balanço das mortes, cabe melhor para designar o que está para acontecer com os nove mil ianomamis e dizimou os waimiri-atroari um termo técnico qualitativo: etnocídio.

(ML)